

17.setembro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital da Guarda

Sofia Paula Nogueira do Rosário Monteiro, Maria Helena Rafael Costa Brites, Manuel Batista Leitão e Carlos David Carvalho.

Recebidos por: Deputada Rita Rato (PCP), que presidiu à reunião) e Deputados Maria José Castelo Branco (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Maria Manuela Tender (PSD) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Reorganização da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico – distrito da Guarda.

Exposição: A Deputada Rita Rato (PCP) deu as boas vindas aos membros da delegação e convidou-os a fazerem a respetiva exposição, indicando-lhes a grelha de tempos da reunião.

Os membros da delegação indicaram que foram mandatados para transmitirem as preocupações das populações, constantes de uma carta aberta que tinham remetido, tendo referido, em síntese, o seguinte:

1. O distrito da Guarda é uma zona de montanha, com um clima agreste e o fecho de escolas do 1.º ciclo gera várias dificuldades;
2. O movimento de fecho das escolas tem vindo a ter lugar desde 1980, verificando-se que em 2002 havia 401 escolas, em 2013 já só funcionavam 74 e em 2014 o Ministério da Educação e Ciência queria encerrar mais 30 e no final fechou 8;
3. A existência das escolas do 1.º ciclo permitia mais proximidade e o apoio da família alargada, o que se perde com o fecho da escola;
4. Nalguns casos existia também articulação da escola com o Centro de Dia da povoação, nomeadamente, a nível das atividades desenvolvidas, o que fica inviabilizado com o encerramento;
5. Verificam-se problemas de integração e a falta de humanização do ensino;
6. O fecho das escolas é um erro, gera mais encargos para as autarquias em termos de transportes escolares, nalguns casos desaproveita investimentos recentes feitos na melhoria das condições das escolas e leva à desertificação das aldeias;
7. O encerramento concretizou-se mesmo contra a vontade das autarquias.

Intervio de seguida a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), salientando que a carta aberta não refere a qualidade do ensino, que está subjacente ao processo de reorganização da rede de escolas do 1.º ciclo. Referiu depois a evolução da demografia, indicando que até 2017 o 1.º ciclo vai perder 37.000 alunos, a desatualização das cartas escolares e realçou que as turmas com 4 níveis são mais desfavoráveis pedagogicamente do que as novas turmas com 2 níveis.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu que o processo de reorganização da rede escolar já vem do tempo do PS e que há necessidade de atender às circunstâncias concretas, Defendeu a necessidade de audição e atendimento da posição das autarquias, bem como de se ter em conta a questão dos transportes e a condição geográfica das zonas em que se inserem as escolas. Questionou ainda se as cartas educativas das respetivas zonas previam o encerramento das escolas em causa.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que desde o ano letivo de 2001/2002 tinham encerrado 335 escolas e que o problema tem um impacto profundo na região. Defendeu que poderá haver necessidades de reorganização da rede escolar, mas a mesma tem que ser realizada considerando critérios pedagógicos e de coesão territorial. Salientou que o que está a ser concretizado por este governo e mesmo por governos anteriores (desde 2002 PS, PSD e CDS encerraram mais de 6.500 escolas) é um ataque à Escola Pública e ao direito à Educação, consagrado na Constituição. Referiu ainda que o encerramento de escolas obriga a deslocações diárias das crianças e à frequência escolar fora das suas comunidades, representando uma degradação inaceitável das suas condições de vida, com impactos profundos nas suas rotinas e vivências diárias – impactos que se acentuam nas zonas do interior do país.

Enquadrou o encerramento de escolas num quadro mais geral de ataque aos serviços públicos e às funções sociais do Estado. Informou que o PCP teve já oportunidade de apresentar um Projecto de Lei (reprovado pelos partidos da maioria) que visava impedir o encerramento de serviços públicos, nomeadamente o encerramento de escolas. Referiu ainda que a qualidade da educação não se garante com o encerramento de escolas mas com uma rede escolar que respeite e responda às realidades específicas e necessidades das populações. Concluiu que esta política é uma deliberada cedência a interesses privados e que as lacunas criadas por sucessivos governos encontram o necessário espaço para tornar a Educação num negócio.

A Deputada Rita Rato (PCP) questionou se foram acautelados, no caso de alunos com necessidades educativas especiais, o cumprimento do número de alunos por turma nas novas escolas e se não há problemas em relação à colocação de professores de educação especial.

Na sequência do debate realizado, os membros da delegação indicaram que muitas crianças não são sinalizadas para efeitos de educação especial, salientando que a mudança de escola diminui a sinalização. E informaram que há vários atrasos na colocação de professores, principalmente da educação especial. Salientaram que as turmas com mais de um ano têm dificuldades pedagógicas e discordaram de as mesmas poderem ter 26 alunos e 2 níveis.

Indicaram uma escola na qual foram feitas obras pela autarquia, a carta educativa previa a sua manutenção e esta não gera aumento de encargos, enquanto o fecho os faz aumentar, com os transportes escolares. Salientaram que a estratégia do Governo parece ser a concentração da população nos grandes centros urbanos, assistindo-se ao encerramento global de serviços públicos.

A título de exemplo, foi referida a situação de uma escola em que o pessoal de apoio escolar era insuficiente e realçado o facto de na zona as estradas serem sinuosas, estarem em péssimas condições, haver condições climatéricas muito agrestes e o tempo de transporte das



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

crianças para a sede do concelho ser muito longo. Nessa sequência, convidaram a Comissão a visitar as escolas do distrito.

Por último, a Deputada Manuela Tender (PSD) defender a necessidade de um equilíbrio entre a redução das despesas e os interesses das populações

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de setembro de 2014

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes